

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.409 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2001

Código do Contribuinte leva país à modernidade, diz Bornhausen

Proposta a ser discutida hoje em audiência com ministro Pedro Malan e secretário Everardo Maciel é apontada pelo senador Jorge Bornhausen como capaz de estabelecer relação de igualdade jurídica entre o contribuinte e o fisco

PÁGINA 3



Artur da Távola: controle político das campanhas está passando para institutos e veículos de comunicação

Távola diz que pesquisas escravizam os políticos

PÁGINA 5



Geraldo Althoff, o relator, informa que a maior parte do documento é dedicada à CBF

Está pronto relatório da CPI do Futebol, anuncia relator

PÁGINA 6

Educação examina projeto que regulamenta fundo de desenvolvimento científico

PÁGINA 4

Tebet defende correção na tabela do Imposto de Renda



Presidente do Senado alerta: possível veto do presidente da República ao reajuste na tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas estaria “na contramão do que a sociedade deseja”.

PÁGINA 3

Tebet: depois de sete anos de congelamento, a revisão da tabela do IR é “possível e necessária”



Além do selo em homenagem ao ex-presidente, senadores aprovaram também concessões a emissoras de rádio

Vai à sanção presidencial o selo comemorativo do centenário de JK

PÁGINA 2

Acumulação de dois cargos pode ser ampliada

O dispositivo constitucional que autoriza os médicos a acumular até dois cargos públicos poderá ser modificado para incluir nessa prerrogativa outros profissionais de saúde, como enfermeiros, psicólogos, odontólogos, assistentes sociais, sanitaristas e nutricionistas.

Proposta de emenda à Constituição nesse sentido deve ser votada hoje. O texto, já aprovado na Câmara dos Deputados, tem parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR). Na Câmara, a iniciativa foi aprovada conforme entendimento de que qualquer profissional que atue na área é um agente promotor de saúde.

Também hoje o Senado realiza a quarta sessão de discussão de proposta de emenda constitucional, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que inclui o Pantanal sul-mato-grossense entre os patrimônios nacionais do país. Tebet, na justificativa, lembra a riqueza e a diversidade de paisagens do ecossistema.

Será também realizada a quarta sessão de discussão de proposta dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre receitas decorrentes de exportação. Mas incidirão sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a proposta visa compatibilizar o mercado interno com as recentes variações do preço do petróleo no mercado externo.

O Senado deve também deliberar sobre medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 280 milhões em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

Selo homenageará centenário de nascimento de Juscelino

A edição comemorativa, a ser criada e comercializada pelos Correios, foi aprovada ontem pelo Plenário. O projeto vai agora à sanção presidencial

O Plenário aprovou ontem a criação do selo comemorativo do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek, que ocorrerá em 12 de setembro do próximo ano. O projeto de lei, apresentado pelo deputado Paulo Octávio (PFL-DF), teve parecer favorável da Comissão de Educação, redigido pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Já aprovada na Câmara dos Deputados, a matéria segue agora para sanção presidencial.

De acordo com o projeto, o produto da arrecadação da venda do selo – a ser criado e comercializado pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) – será destinado à elaboração de publicação sobre a história e obra de Juscelino. O livro será destinado às crianças e adolescentes estudantes da rede pública. A publicação será supervisionada pela Sociedade Civil Memorial JK.



Juscelino Kubitschek de Oliveira, que será homenageado com selo, governou o país entre 1955 e 1960

O Plenário também aprovou requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para inscri-

ção nos Anais do Senado de voto de congratulações aos produtores rurais Guarino e Gelson Bissoli, pela quinta e oitava colocações obtidas no Concurso de Qualidade de Cafés 2001 do Brasil, promovido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais. Os agricultores trabalham no distrito de Vila Pontões, município de Afonso Cláudio (ES). O parecer do senador Luiz Otávio (PPB-PA), favorável ao requerimento, já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Durante a sessão também foram discutidas três propostas de emenda à Constituição: a que inclui o Pantanal sul-mato-grossense entre os patrimônios nacionais, a que exclui a cobrança de contribuições sociais sobre receitas decorrentes de exportação e a que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª regiões, nos estados de Minas e Paraná.

Universidade Luterana do Brasil vai ter emissora de TV em Porto Alegre

A decisão de outorgar uma concessão de 15 anos à Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) para explorar emissora de TV em Porto Alegre (RS) levou a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e o senador José Fogaça (PPS-RS) a enaltecer o trabalho realizado pela instituição de ensino e a definir o fato como marcante para a história da capital gaúcha. A decisão agora vai à promulgação.

Fogaça lembrou que havia mais de uma década que Porto Alegre não ganhava uma emissora de TV. Disse ainda que o novo canal de

recepção aberta terá caráter educativo e será mantido por “uma instituição extremamente respeitada”, que vem abrindo novos rumos nos sistemas de ensino superior privado do estado.

— A Ulbra veio para inovar e renovar as práticas de administração de escola e de sistemas de ensino no estado. Trata-se de uma instituição que une duas coisas fundamentais e importantes: de um lado, uma grande determinação e vocação para o trabalho, a iniciativa e o empreendimento; de outro, uma grande disciplina com

profundidade e sensibilidade acadêmica.

Emilia Fernandes disse que a universidade contribui para o crescimento do Brasil, desenvolvendo suas atividades em seis estados. Na área de educação, conforme a senadora, a Ulbra opera com 14 unidades universitárias e 18 de ensino fundamental, atendendo a 70 mil alunos. A instituição também é responsável por quatro unidades hospitalares, num total de 1.200 leitos, 27 unidades ambulatoriais e um plano de saúde.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

9h45 — Recebe Pedro Malan, ministro da Fazenda, e Everardo Maciel, secretário da Receita
10h — Recebe o embaixador do Iraque, Ahmad Alazawi, a senadora Emilia Fernandes e a delegação do partido Árabe Socialista do Iraque
10h30 — Recebe Carlos Eduardo Mena, embaixador do Chile
11h — Solenidade de abertura da exposição “Arte Gráfica Romena”. Sala Negra
15h30 — Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PL que dispõe sobre repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes, entre outros.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência sobre direitos do contribuinte, com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel
17h — Audiência sobre a nova realidade da distribuição de cervejas e refrigerantes. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: PLS que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: PLS que veda o horário de verão em Goiás e Tocantins e no DF. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco
Pauta: exposição de secretários estaduais. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

14h30 — Comissão de Orçamento
Pauta: apreciação de relatórios. Plenário 2 da Câmara dos Deputados

17h — Instalação da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 2.225-45. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: audiência com o chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, sobre terrorismo na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: PDS que convoca plebiscito sobre ingresso do Brasil na Alca. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

Após a ardem do dia — Reunião da Comissão de Educação e Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática
Pauta: audiência sobre a implantação da TV digital. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célia Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Código do Contribuinte conduz à modernidade, diz Bornhausen

O autor do projeto de lei que institui o Código de Defesa do Contribuinte, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), diz que somente a partir de sua vigência é que o Brasil será conduzido à modernidade no relacionamento entre fisco e pagadores de impostos. Para o senador, o sistema atual permite que as autoridades fiscais do país pratiquem toda sorte de arbitrariedades, deixando de reconhecer os direitos fundamentais da cidadania. A proposta de instituição do novo código deverá ser discutida hoje, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), em audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

Para Bornhausen, o Código de Defesa do Contribuinte “abrirá a página de uma nova cidadania”, estabelecendo uma relação de igualdade jurídica do cidadão-contribuinte com o fisco, para que eles possam, mediante co-responsabilidade cívica, tratar juntos e com transparência democrática da origem e da apli-



Projeto de Bornhausen será debatido hoje com Malan e Everardo Maciel

cação da arrecadação. Bornhausen ressalta que, com o código, o relacionamento entre fisco e contribuinte passaria a adotar, com muito atraso, o que já ocorre na maior parte dos países desenvolvidos. Os direitos e os deveres serão mútuos e nada se presume negativamente contra um ou outro. “O quanto se decidir, a favor de um ou de outro, será por expressa indicação dos fatos e motivada declinação do direito” — diz o senador.

A proposta, sustenta Bornhausen, “protege os contribuintes contra uma série de arbitrariedades praticadas pelo fisco, como, por exemplo, invadir, com auxílio da polícia, uma empresa, a fim de vasculhar suas contas”. Impede também que uma empresa inadimplente que tenha renegociado seu débito se mantenha afastada de benefícios concedidos pelo setor público. Do mesmo modo, uma empresa não pode ser proibida de participar de licitação pública ou perder o acesso ao crédito em bancos oficiais, no caso de estar questionando um débito fiscal na Justiça.

— Não podemos negar que hou-

Tebet: correção da tabela do IR é “possível e necessária”

Para o presidente do Senado, um eventual veto do Executivo ao reajuste estaria “na contramão do que a sociedade deseja”

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que um veto presidencial ao reajuste da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas estaria “na contramão do que a sociedade deseja”. Tebet ressaltou que a correção da tabela do IR precisa ser aprovada neste ano para vigorar em 2002, e que, depois de sete anos de congelamento, a revisão é “possível e necessária”.

— Não podemos negar que hou-

ve inflação no país, e corrigir as alíquotas é uma questão de justiça. O veto é decisão pessoal do presidente da República, mas eu conheço a sensibilidade dele. Se ele vetar, estará marchando na contramão do que deseja a sociedade. Reduzir a carga tributária, beneficiando os trabalhadores e a classe média, é fazer obra social — afirmou.

O senador argumentou ainda que a medida viria preencher par-

cialmente a falta da reforma tributária.

— Está na hora de reduzir a carga dos assalariados. Uma vez que não fizemos a reforma tributária, vamos, então, atuar topicamente. Acho perfeitamente possível reduzir as alíquotas ou estabelecer uma alíquota única, como se aventa na Câmara, a fim de amenizar os encargos da classe média. O governo teria como compensar isso — disse.

Presidente do Senado discorda da urgência na mudança da CLT

A tramitação em regime de urgência do projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi questionada por Ramez Tebet. Ele adiantou que, se a matéria for aprovada na Câmara, “provavelmente o Senado não vai querer votá-la em regime de urgência”.

— Sem entrar no mérito da matéria, acho que ela não deveria tramitar em urgência. Qual a razão da urgência? Se convivemos com a situação até agora, por que essa urgência no final do ano? Direitos trabalhistas são muito importantes. Essa matéria precisa ser mais debatida com a sociedade — afirmou.

Tebet lembrou que a urgência do projeto da CLT está trancando a pauta e impedindo votações importantes. Quanto à votação do Orçamento da União, ele reiterou que os parlamentares estão dispostos a trabalhar até o dia 21 de dezembro, sem ônus para os cofres públicos.

Comissão debate mercado de bebidas em audiência pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove hoje, a partir das 17h, audiência pública com autoridades do governo e representantes do setor empresarial, para discutir a distribuição de cervejas e refrigerantes no país. A audiência foi solicitada pelo senador Lauro Campos (PDT-DF).



Lauro quer esclarecer queixas de abuso de poder econômico

Devem comparecer à audiência pública promovida pela CAE o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), João Grandino Rodas; o coordenador-geral de Fiscalização da Secretaria da Receita Federal, Paulo Ricardo Cardoso; o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Monteiro Considera; o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro; o presidente da Federação Nacional dos Distribuidores de Cervejas e Refrigerantes, Valdemir de Oli-

veira Machado Filho; e o diretor de Relações Corporativas da Ambev (empresa resultante da fusão da Brahma com a Antarctica), Milton Seligman.

Segundo Lauro Campos, passado algum tempo da fusão das duas maiores cervejarias que atuam no país, continuam a ocorrer queixas de comerciantes e de outros fabricantes de cervejas e de refrigerantes, que acusam a Ambev de prática de abuso de poder econômico.

Na última vez que o Cade tratou do assunto, há cerca de um ano, havia queixas contra a empresa envolvendo eliminação de concorrentes, redução setorial da produção e do nível de emprego e restrições à escolha do consumidor. Entre as decisões adotadas pelo Cade, destacaram-se as que objetivavam a viabilização de novo concorrente e criação de facilidades de acesso à distribuição para o mercado.

Geraldo Cândido teme perda de direitos dos trabalhadores

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou ontem que o projeto de mudança da CLT, em tramitação na Câmara, fere vários pontos da Constituição e pode provocar o fim de direitos dos trabalhadores, como a redução do FGTS de 8% sobre o valor do salário para apenas 0,5%. O projeto estabelece que os acordos de sindicatos e patrões prevalecerão sobre as determinações da CLT.

— Com a mudança, o Direito do Trabalho estará resumido aos “direitos mínimos” do trabalhador. O governo vende gato por lebre com o objetivo de desonerar o capital em detrimento dos direitos e garantias da classe trabalhadora. O governo usa de cinismo ao dizer que o projeto irá gerar empregos, modernizar as relações de trabalho e fortalecer os sindicatos — opinou.

Geraldo Cândido sustentou que o projeto levará “com certeza” a uma redução nos salários, enfraquecerá os sindicatos e ainda poderá eliminar conquistas dos trabalhadores obtidas há décadas. Ele enumerou vários direitos trabalhistas que estarão em risco se a proposta passar no Congresso, além do FGTS: a proteção contra

dispensa sem justa causa, o 13º salário, o piso salarial, a participação nos lucros, o abono de 30% sobre as férias, a licença-gestante, o aviso prévio proporcional e o adicional de insalubridade.

Desde 1995, conforme o senador pelo Rio de Janeiro, o governo vem promovendo mudanças na legislação para implantar uma relação de trabalho “absolutamente mal remunerada”, desde que prevista em negociação coletiva. Ele denunciou que, além das perdas dos trabalhadores, o projeto reduzirá os recolhimentos para o INSS e para o FGTS, este responsável pelo financiamento de projetos de habitação e saneamento no país.

Especificamente, Geraldo Cândido lamentou a possibilidade que o projeto abrirá para o pagamento do 13º salário em 12 parcelas mensais, o que fará definharem seu significado e seu valor. Desse jeito, os patrões acabarão mencionando o duodécimo do 13º como parte do salário mensal, iludindo os trabalhadores. O senador criticou o esquema de segurança da Câmara, que procurou afastar, na semana passada, as manifestações dos trabalhadores contra o pro-



Geraldo Cândido lamentou o assassinato de líder sindical no Rio de Janeiro

projeto sobre a CLT.

— Não me consta que o Congresso tenha feito barreiras para impedir a entrada de grandes lobistas do capital financeiro, dos grandes empresários e latifundiários, que aqui estão todos os dias defendendo seus interesses — disse.

SINDICALISTA

O senador lamentou o assassinato, no último sábado, no Rio, do sindicalista Aldanir Carlos dos Santos, “destacado líder dos direitos sociais”, presidente do Sindicato de Trabalhadores em Energia. Informou que Aldanir foi um dos dirigentes sindicais que ajudaram a impulsionar a CUT do Rio. “Ele é mais uma vítima da violência que se abate sobre o Rio e o país”, disse Geraldo Cândido.

Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pode ser regulamentado

Projeto que deve ser analisado hoje pela Comissão de Educação estabelece as condições gerais para aplicação de recursos. Objetivo é assegurar o planejamento da política para o setor

MP impõe quarentena a ex-servidor

Deve ser instalada hoje, às 17h, comissão mista que analisará a medida provisória, de 4 de setembro, estabelecendo o cumprimento de quarentena por ex-funcionários públicos titulares de cargos de ministro de Estado e os de natureza especial, de direção e de assessoramento superior, antes de começarem a trabalhar, nos setores de sua atuação, na iniciativa privada. A quarentena, de quatro meses, será contada a partir da data de exoneração. Nesse período, terão direito a remuneração equivalente à do cargo em comissão que exerciam.

REAJUSTE

A medida provisória estabelece ainda reajuste de 3,17%, a partir de janeiro do próximo ano, para os servidores públicos civis do Executivo, inclusive aposentados e pensionistas.

O reajuste é retroativo a janeiro de 1995, de modo a equiparar a situação desses servidores, que tiveram reajuste de 22,07%, à situação dos trabalhadores dos demais Poderes da União e dos militares, que tiveram os salários reajustados em 25,94% a partir de janeiro de 1995. A diferença acumulada até 31 de dezembro de 2001 será paga num prazo de até sete anos, em duas parcelas anuais – uma em agosto e outra em dezembro, sendo a primeira em dezembro de 2002.

Também é estabelecido pela MP o Sistema Nacional Antidrogas, constituído por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais cujas atividades estejam relacionadas com o tratamento, a recuperação e a reinserção social de dependentes de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica, ou que trabalhem com a repressão ao uso indevido e repressão do tráfico e da produção de drogas ilegais.

O presidente da comissão será indicado pelo PMDB. O relator, já designado, será o deputado Marcos Cintra (PFL-SP).

A regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) deverá ser votada hoje pela Comissão de Educação. A proposta, do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), considera o fundo o mais importante instrumento do Ministério da Ciência e Tecnologia para o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico no país.

Na justificativa do projeto, que tem parecer favorável do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), Saturnino alerta para o fato de que, transcorridos mais de 30 anos desde sua criação, o FNDCT não ter sido ainda regulamentado. O senador afirma que procurou estabelecer as condições gerais de funcionamento do fundo e padronização na aplicação dos recursos dos vários fundos setoriais que o



Roberto Saturnino é autor do projeto que regulamenta o fundo, criado há mais de 30 anos

compõem, assegurando, assim, maior espaço para um planejamento efetivo da política de ciência e tecnologia.

AEROPORTOS

Na mesma reunião, a comissão examina substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) à proposta de mudança do nome do Aeroporto Internacional de Con-

gonhas, em São Paulo, para Aeroporto Omar Fontana, empresário da aviação falecido em dezembro do ano passado. Na justificativa da proposta, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirma que Fontana, que fundou e presidiu a Transbrasil, foi um entusiasta da aviação desde a infância.

– Sua história contempla inúmeras ações de lutas que sempre resultaram em favor do setor da aviação no Brasil.

A comissão vai analisar ainda outras duas propostas de mudança de nome de aeroportos. Uma delas sugere que o aeroporto de Imperatriz (MA) passe a chamar-se Aeroporto de Imperatriz Prefeito Renato Moreira. Outra quer mudar o nome do aeroporto de Ilhéus (BA) para Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado.

Bezerra quer limitar teor de nicotina no cigarro

Projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono nos cigarros produzidos e comercializados no país. Essas substâncias, argumenta o senador, têm sido associadas ao risco de o fumante contrair câncer pulmonar e favorecem o desenvolvimento da dependência. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

A proposta prevê ainda que as embalagens de cigarros e as peças de promoção e publicidade deverão informar, em contrafundo contrastante, os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono contidos em cada cigarro.

Na justificativa do projeto, Bezerra afirma que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e Instituto Nacional do Câncer defendem a adoção de legislação no sentido de, progressivamente, serem reduzidos os teores dessas substâncias nos cigarros.

Especialistas debatem hoje implantação da TV digital

A implantação da TV digital no país será tema de audiência pública conjunta que a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática promovem hoje, conforme requerimento dos senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) e Gerson Camata (PMDB-ES). A reunião será realizada após a ordem do dia do Plenário.

Participarão do debate Yapur Marotta, gerente-geral de Administração de Planos e Autoriza-

ção de Uso de Radiofrequências da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Miguel Cippolla Júnior, diretor de Tecnologia e Desenvolvimento da Rede Bandeirantes; Murilo César Ramos, diretor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília; e Fernando Bittencourt, coordenador-geral do grupo formado pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações e pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (SET/Abert).



Gerson Camata e Antonio Carlos Júnior apresentaram o requerimento para realização da audiência pública na Comissão de Educação



Para Ricardo Santos, funcionamento imediato do conselho é imprescindível

Santos: Conselho de Comunicação deve funcionar logo

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) manifestou ontem em Plenário a esperança de que o Conselho de Comunicação Social seja implantado em breve. O conselho, órgão de assessoramento do Congresso Nacional, foi instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado por lei de 1991.

– Acreditamos que a imediata instalação do conselho seja imprescindível, tanto do ponto de vista de reparar as protelações em relação à lei quanto para criar um ambiente no qual os membros da sociedade, diante da mídia, passem da condição passiva de meros consumidores para a condição de cidadãos ativos – disse.

O conselho deverá ser integrado por 13 membros eleitos pelo Congresso Nacional e terá entre suas funções elaborar estudos e apresentar sugestões sobre a liberdade de manifestação do pensamento e informação e opinar sobre finalidades educativas e culturais das emissoras.

– Há unanimidade quanto à importância do conselho e aguarda-se apenas o momento adequado para sua instalação.

Ricardo Santos destacou o apoio do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao conselho, dizendo que a instalação ainda não ocorreu “por resistências e polêmicas que já poderiam ter sido superadas”.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) parabenizou Ricardo Santos pelo pronunciamento, mas lamentou que, como presidente, Fernando Henrique não tenha se mobilizado para a instalação do conselho. Ademir disse que a mídia precisa atender ao desejo da coletividade. “Não consigo compreender a razão da não instalação desse conselho, uma vez que outros segmentos já o possuem.”

Mauro critica a redução de votantes em prévia do PMDB

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou a decisão da Executiva do PMDB, que reduziu o número de votantes na prévia de 20 de janeiro, quando o partido vai escolher seu candidato à Presidência da República. Para o senador, trata-se de uma manobra da corrente que não é favorável a uma candidatura própria. Com a medida, disse Mauro Miranda, o número de votantes caiu para cerca de 4 mil, marginalizando mais de 100 mil militantes.

— É muito mais fácil tentar pressionar, constranger e aliciar 4 mil pessoas do que manipular 150 mil — afirmou.

Mauro disse acreditar que o senador Pedro Simon (PMDB-RS), um dos candidatos do partido, também não concorde com a medida. O senador questionou também por que temer a candidatura de Itamar Franco, “um homem que teve a coragem de apostar no Plano Real”.

Para o senador, a sociedade



Mauro Miranda: é mais fácil tentar pressionar 4 mil do que 150 mil pessoas

continuará confiando na legenda, enquanto o partido for capaz de provar que está à altura de prosseguir na luta pela redemocratização política e pelo combate à exclusão social. Mauro disse que quando a democracia interna e a tradição pluralista “é pisoteada”, o partido perde o vínculo com as reivindicações populares. Em aparte, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) considerou que os vereadores peemedebistas deveriam estar incluídos entre os votantes nas prévias.

Congresso Nacional do PSB começa dia 30, informa Ademir

O 8º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB) será realizado nos próximos dias 30, 1º e 2 (sexta, sábado e domingo), no Clube dos Servidores, em Brasília, informou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA). São esperados 2.500 delegados de todo o país no evento em que será eleita uma nova direção partidária e lançada a candidatura própria do PSB à Presidência da República. O nome indicado para concorrer ao cargo será o do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

O partido lançará, nas próximas eleições, 12 candidatos a governador de estado e pretende conseguir bancada com cerca de 40 deputados federais.

Ademir Andrade afirmou que o PSB apresenta um programa de governo “sintonizado com a população excluída”, acrescentando que, na visão do partido, o Brasil tem sido comandado por uma elite submetida à lógica do capital internacional.

O senador afirmou que os excluídos precisam se organizar e exigir seus direitos e ressaltou que o PSB pretende chamar essas pessoas para a luta política.

No Congresso do PSB serão debatidos temas como educação, política internacional, economia



Ademir Andrade também pediu providências urgentes para reativação do tráfego na PA-279

e tecnologia. Além do Diretório Nacional e do candidato presidencial, o PSB escolherá neste fim de semana seus Conselhos de Ética e Fiscal e os representantes que atuarão junto à Justiça Eleitoral.

RODOVIA DO PARÁ

Ademir pediu que o governo do Pará tome medida urgente para solucionar o problema da rodovia PA-279, cujo tráfego está impedido há quatro dias, deixando mais de 100 mil habitantes dos municípios de Orilândia, São Félix do Xingu, Água Azul do Norte e Tucumã completamente isolados. Ademir informou que há 60 dias caiu uma ponte na região e a população vinha usando um desvio. As chuvas de sexta-feira destruíram esse desvio, deixando os moradores ilhados na região.

Távola: mídia e pesquisas escravizam classe política

Controle das campanhas eleitorais está passando para os veículos de comunicação de massa e os institutos de pesquisa, adverte senador

O processo político das campanhas eleitorais está saindo do controle dos partidos e passando para as mãos dos veículos de comunicação de massa e dos institutos de pesquisa de opinião pública, que estão ditando as regras. O alerta foi feito ontem pelo líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ao comentar discurso sobre o mesmo tema feito na última sexta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele defendeu o retorno a um modelo mais simples de programa, onde o candidato se apresente sobre um fundo neutro e fale. “Estamos vivendo como servos dessa relação entre mídia e pesquisa”, afirmou.

Segundo Távola, os políticos estão sendo convencidos a trocar o horário eleitoral de 20 minutos por spots de 20 ou 30 segundos, sob o pretexto de serem “menos chatos” e não provocarem queda na audiência. Ele observou, no entanto, que os spots retiram o conteúdo do discurso político e igualam os candidatos a produtos de consumo como o sabão. Távola disse que esse processo leva, inevitavelmente, ao populismo, acrescentando que isso só acontece porque o sistema de gover-

no no Brasil é o presidencialismo.

— Isso é uma falácia do presidencialismo. No parlamentarismo isso não aconteceria porque o primeiro-ministro sai da articulação da classe política — explicou.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) assinalou que mesmo num modelo simples de programa, com o candidato em frente a uma câmera de TV, ainda assim ganharia aquele que tivesse maior capacidade histriônica, um ator profissional. Requião sugeriu a criação de “uma espécie de Roda Viva”, composta por entrevistadores escolhidos

de forma independente que sabatinariam os candidatos. Ele disse ainda não entender como foi possível burlar a lei para transformar um programa de 20 minutos em spots de 20 ou 30 segundos.

Lauro Campos (PDT-DF) concordou com Távola e lembrou ter escrito livro (*Entre a Mentira e o Silêncio*) em que previa a falta de conteúdo político na próxima campanha eleitoral.

— Receio que os candidatos comecem a apresentar receitas de doces e quitutes por absoluta falta de idéias — disse.

Edison Lobão (PFL-MA) concordou com a necessidade de aperfeiçoamento da Lei Eleitoral e assinalou desconhecer qualquer candidato, eleito ou não, que não tenha se submetido à mesma lei e às mesmas regras que os outros candidatos.

O senador Pedro Simon disse que, se for analisado tudo o que se diz sobre corrupção na política, percebe-se “que tudo começa lá na campanha política”.

Simon defendeu o financiamento público das campanhas eleitorais, o parlamentarismo como sistema de governo e programas mais simples com o candidato diante da câmera, sem nenhum efeito especial nem cenas externas.

Távola disse ainda que considera um absurdo que as pesquisas de opinião voltadas para a campanha presidencial do próximo ano não tragam o nome de Simon.

“No parlamentarismo isso não aconteceria, porque o primeiro-ministro sai da articulação da classe política”

Para Requião, procuradores são pressionados no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) solidarizou-se com o Ministério Público do Paraná, que, segundo ele, estaria sendo pressionado pelo governador do estado, Jaime Lerner, e pelo PFL, em virtude das investigações de um suposto “caixa dois” mantido durante a reeleição do prefeito de Curitiba, Cassio Taniguchi. Ele informou que os procuradores de Justiça foram notificados a não dar informações a respeito do “processo de corrupção” na última eleição para o Executivo da capital paranaense.

Os procuradores estão sendo acusados, segundo Requião, de terem repassado documentos para o PMDB. “Ledo engano do senhor governador e do prefeito Taniguchi”, afirmou o senador, revelando que foi o próprio partido quem encaminhou os docu-

mentos ao Ministério Público, denunciando a existência do “caixa dois” na campanha do prefeito Cassio Taniguchi.

— A eleição para a prefeitura de Curitiba foi estranhíssima. Eles apresentaram uma contabilidade de dois milhões, novecentos e poucos reais e, de repente, depois de uma cisão interna do grupo governista, surgiu uma contabilidade paralela de R\$ 32 milhões e notícias de que outros comitês financeiros teriam mobilizado mais R\$ 20 milhões. São R\$ 50 milhões em uma eleição municipal! — afirmou Requião.

O senador pelo Paraná lembrou que na época da campanha eleitoral, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, foi a Curitiba e garantiu que a eleição não estava perdida, embora as pesquisas apontassem que o can-



Requião: escândalo eleitoral no Paraná começou em Londrina

didato do PT, Ângelo Vanhoni, tinha 56% das intenções de voto. “Ganharam a eleição... Compraram a eleição”, acusou Roberto Requião.

O escândalo eleitoral no Paraná, segundo Requião, começou em Londrina, com a eleição do prefeito Antonio Belinati, que teve o mandato cassado por improbidade administrativa e responde a processos por desvio de dinheiro público. “Depois teve prosseguimento em Maringá, onde o também prefeito Jairo Gianoto foi deposto, preso e tem os bens indisponíveis. Onde o governador Jaime Lerner põe a mão, temos um escândalo eleitoral”, afirmou.

Relatório final da CPI está pronto, anuncia Althoff

Documento que será enviado amanhã à impressão aponta graves irregularidades nas federações de futebol de três estados e na CBF

O relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), anunciou ontem que o relatório com as conclusões da comissão está pronto, em fase de revisão. Amanhã, informou, o texto será enviado à gráfica do Senado.



zados pelos maiores clubes do Rio de Janeiro (Flamengo, Fluminense, Vasco da Gama e Botafogo), de São Paulo (São Paulo, Corinthians, Palmeiras e Santos) e do Rio Grande do Sul (Internacional e Grêmio) também foram alvo de análise.

CBF

Mas a maior parte do documento é dedicada à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com detalhes sobre a gestão do atual presidente da entidade, Ricardo Teixeira. Outros assuntos – como as dívidas dos clubes e das empresas de material esportivo com a Previdência Social – também recebem destaque no relatório.

Segundo Althoff, o documento está dividido em três partes: uma introdução, com um histórico do futebol e sua importância no Brasil; os trabalhos de investigação, cujas conclusões serão encaminhadas para avaliação do Ministério Público; e as propostas legislativas, que têm como objetivo dar maior transparência à gestão do futebol no país.

Nas investigações, disse Althoff, foram detectadas graves irregularidades nas federações de futebol de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Negócios reali-

O senador esclareceu que não cabe à CPI, mas ao MP, identificar ou tipificar os crimes relacionados às irregularidades detectadas pela comissão. Porém, ele afirmou haver indícios de sonegação de impostos e evasão de divisas em

diversos pontos investigados.

As provas mais contundentes, na opinião de Althoff, recaem sobre o deputado federal e presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda (PPB-RJ). Nesse caso, o senador lembrou que a CPI já encaminhou representação à Câmara, mas anunciou que uma das cópias do relatório será entregue formalmente ao presidente da Casa, Aécio Neves, para que os deputados tomem as providências que considerarem necessárias.

Sobre a possibilidade de que o relatório enfrente resistências da chamada "bancada da bola", Althoff foi incisivo:

– A força da opinião pública tem feito com que os senadores da CPI reconheçam o trabalho sério desenvolvido pela relatoria. Espero que o bom senso prevaleça – disse o senador, que vai apresentar o relatório à comissão em reunião marcada para a próxima terça-feira.

Projeto garante direitos a vítimas e testemunhas

As vítimas e testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com investigação ou processo criminal terão direito ao anonimato, à opção de depor encapuzadas ou usando microfone com modificador de voz e a sala separada da do acusado enquanto estiverem à disposição do juiz. Essas garantias estão previstas em projeto de lei do senador Carlos Bezerra



Bezerra é autor do projeto que será examinado pela Comissão de Justiça

(PMDB-MT) encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa. Pelo projeto, as vítimas e testemunhas também terão a opção de não depor na presença do acusado ou dos familiares e amigos deste e poderão manter sigilo dos seus endereços.

PROTEÇÃO

O projeto acrescenta tais direitos ao art. 1º da Lei nº 9.807, de julho de 1999, que estabelece que as medidas de proteção às vítimas ou testemunhas de crimes serão prestadas pela União, pelos estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas es-

peciais. Na justificativa da proposta, Carlos Bezerra afirma que a vítima e a testemunha têm papel relevante na punição dos autores de crimes, o que deve ser melhor considerado no Direito Processual Penal.

O senador informa que movimentos cada vez mais crescentes despontam em grande número de países, preocupados em delimitar, definir, difundir e assegurar os direitos da vítima. E esclarece que seu projeto pretende complementar a lei sobre o tema "a fim de que a vítima e a testemunha não sofram nenhum constrangimento na investigação e no processo criminal".

Lobão aplaude BNDES por financiar usina de beneficiamento de minério

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a importância dos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao projeto de implantação da usina de beneficiamento de minério de ferro em São Luís (MA), que deve entrar em funcionamento em março. O senador informou que o financiamento aprovado pela instituição para a construção da usina é da ordem de R\$ 440 milhões.

Lobão lembrou que houve risco de o projeto ser implantado em Trinidad e Tobago, em função das vantagens fiscais e creditícias oferecidas por aquele país, e classificou como fundamental o financiamento do BNDES para a decisão da Companhia Vale do Rio Doce de implantar a usina no Brasil.

Com a conclusão da usina de São Luís, disse o senador, a Vale do Rio Doce, que responde por 30% da produção mundial de pelotas de minério de ferro, pretende atingir mais efetivamente o

mercado norte-americano.

Lobão afirmou que o desenvolvimento gerado pela nova usina para o Maranhão é "bastante promissor". Ele destacou a abertura de 2.500 empregos diretos na fase de construção, prevendo a criação de outras centenas de postos de trabalho com o funcionamento da usina.

De acordo com o senador, a construção da usina estimulou empresas a investirem no Maranhão, especialmente as de material de construção e de equipamentos mecânicos e elétricos. Ele destacou ainda os investimentos que a Companhia Vale do Rio Doce tem feito naquele estado, como a ampliação do pátio de estocagem de minério de ferro e a implantação de sistemas de esteiras para transportar o minério.



Lobão: construção da usina estimulou as empresas a investirem no Maranhão

Lobão ressaltou também a preocupação pela qualificação dos recursos humanos da empresa, informando que os técnicos maranhenses que serão contratados pela Vale do Rio Doce para operar a nova usina receberam treinamento de especialização em pelotização de minério de ferro no Complexo Portuário de Tubarão, em Vitória (ES).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – O senador José Fogaça e o professor Venício Artur de Lima falam sobre mídia e poder
7h30 – *Entrevista* – O senador Waldeck Ornelas fala sobre a modernização da Previdência Social
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
8h30 – *Saúde/Unip* – Prevenção do câncer de mama
9h – *As Cores do Brasil* – Forte de Copacabana
9h30 – *Entrevista* – O senador Carlos Wilson fala sobre o racionamento de energia no Nordeste
10h – Comissão de Assuntos Econômicos – Audiência pública sobre o Código do Contribuinte. Convidados: ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel (ao vivo)
Logo após – Comissão de Educação – 17 itens em pauta e concessão de rádio e TV
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
20h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Melo fala sobre o desenvolvimento do Nordeste
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades

des do Senado

21h30 – Comissão de Infra-Estrutura – 4 itens em pauta. Entre eles o que trata do fim do horário de verão para GO, TO e DF
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviço
7h30 – *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Música, informação e serviço
9h30 – *Tanto Mar* – Música em Língua Portuguesa pelo Mundo
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 – *Tanto Mar* – Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (reprise)
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da Tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado
19h30 – *A Voz do Brasil*
20h – Música, informação e serviço
20h30 – *Tanto Mar* – Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (reprise)
22h – *Senado Notícias* – Edição da Noite
23h – Jazz e Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

DF e dois estados podem ficar sem horário de verão

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vota, em caráter terminativo, proposta que exclui da medida Goiás, Tocantins e o Distrito Federal. Segundo o autor, Maguito Vilela, a economia de energia nessas regiões é inexpressiva

Patrocínio alerta para falta de vacinas contra a febre aftosa

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) alertou ontem para a falta de vacinas contra a febre aftosa em seu estado, o Tocantins, e em outros estados do país detentores de grandes rebanhos bovinos. O senador lembrou que a legislação brasileira exige a vacinação compulsória de todo o rebanho bovino contra a febre aftosa nos meses de maio e novembro, mas observou que, neste momento, muitos municípios tocantinenses não têm vacinas disponíveis.

Carlos Patrocínio advertiu a Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o fato de que os labo-



Carlos Patrocínio suspeita de formação de cartel para aumentar os preços

ratórios que fabricam as vacinas estão retendo o produto, certamente com a intenção de formar um cartel para aumentar os preços.

— Já vi esse filme antes. A cartelização levará as vacinas a preços estratosféricos, prejudicando os pecuaristas, que já estão pressionados com o baixo preço da carne — advertiu.

O senador ressaltou que os pecuaristas estão sujeitos a multas por não cumprirem a obrigação de vacinar seus rebanhos, e disse considerar injusto que sejam prejudicados por uma situação que escapa à sua responsabilidade.

Osmar Dias pede extensão do Seguro Safra a todo o país

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse ontem que o Seguro Safra, criado por medida provisória para indenizar agricultores penalizados com a seca no Nordeste e norte de Minas Gerais, deveria ser estendido a todo o país. De acordo com o senador, neste momento o governo deveria aproveitar para colocar em prática uma política de seguros dirigida a todos os produtores rurais.

Osmar Dias lembrou que em outras regiões, como o Paraná, os produtores rurais também sofrem com as intempéries climáticas, e que uma medida mais abrangente receberia o apoio de todos os agricultores do país. Segundo ele, os agricultores poderiam contribuir com uma parcela para constituir um fundo de seguros, no sentido de que o Banco do Brasil tivesse uma



Osmar Dias afirma que seguro seria bem recebido por todos os agricultores brasileiros

companhia de seguros para atender a todos os agricultores.

O seguro oficial é, para o senador, um dos melhores mecanismos de política agrícola, já existente em países desenvolvidos, com a participação dos bancos e seguradoras privadas e dos agricultores, em que o governo apenas garante, em caso de catástrofe, que as seguradoras não quebrem.

— Eu acredito que o Brasil já tem condições suficientes para criar no Orçamento esse fundo de estabilidade do seguro — afirmou.

Em seu discurso, o senador deu apoio também ao Ministério Público do Paraná, que investiga denúncias de corrupção na campanha eleitoral para a prefeitura de Curitiba no ano passado, na qual foi reeleito Cassio Taniguchi, do PFL. Osmar Dias pediu a ação da Justiça no caso.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota hoje, a partir das 14h, em decisão terminativa, projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. O senador argumenta que a adoção do horário nessas regiões não vem trazendo economia de energia elétrica, já que a duração dos dias e das noites é praticamente a mesma ao longo do ano inteiro.

Maguito afirmou, na justificativa da proposta, que no Distrito Federal há no mínimo uma hora a mais de sol somente no período de 30 de novembro a 9 de janeiro. Portanto, notou, são apenas 39 dias, “período curto demais para justificar os transtornos sofridos pela população com o horário de verão”.

Ainda segundo o senador, a redução do consumo de energia também é pequena: no ano passado, enquanto a economia para o Sistema Integrado Brasileiro foi de 2.997 MWh/h, no chamado período de



Maguito diz que a economia obtida não compensa os transtornos para a população

ponta, no Distrito Federal e em Goiás a redução foi de apenas 25 MWh/h e 36 MWh/h, respectivamente.

O relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), é a favor da aprovação. Mas o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) vai apresentar voto em separado contrário à matéria, por entender que o horário de verão propicia economia de energia e diminui o risco de apagões, além de trazer segurança para a maioria dos trabalhadores, uma vez que retornam para casa ainda com dia claro.

LUZ SOLAR

A CI, presidida pelo senador Al-

Paulo Souto aplaude redução das metas de racionamento de energia

O senador Paulo Souto (PFL-BA) aplaudiu a iniciativa da Câmara de Gestão da Crise Energética de reduzir a meta de racionamento no Nordeste de 20% para 17%, com queda para 12% nas cidades turísticas. O senador disse que os estados nordestinos esperam uma estação turística muito boa, porque os brasileiros estão preferindo o Nordeste às viagens ao exterior, devido ao medo do terrorismo.

Paulo Souto observou, no entanto, que é indispensável a transferência emergencial para o Nordeste de 400 megawatts, nos próximos 90 dias, e 600 megawatts, nos próximos 180 dias, conforme consta dos planos do governo. Ele acrescentou que a região está apreensiva, mas confiante nas promessas governamentais.

O senador reivindicou a inclusão de algumas cidades baianas na lista das localidades turísticas, entre elas Mucuri, Canavieiras, Belmonte, Cairu, Morro de São Paulo e algumas situadas na Chapada Diamantina. Argumentou que o turismo nos meses de verão é bastante intenso nessas cidades.



Souto pede transferência emergencial de energia para o Nordeste

Juvêncio quer manter cobrança do ICMS sobre transporte de gás natural

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) disse ontem que a bancada federal de Mato Grosso do Sul e o governo do estado devem unir-se para manter a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre transporte de gás natural. A Associação dos Produtores Independentes de Gás Natural pleiteia o fim da cobrança. Mato Grosso do Sul é o estado por onde o gás boliviano ingressa no país, via gasoduto Brasil-Bolívia, e arrecada com isso anualmente cerca de R\$ 150 milhões.

— Esses recursos são fundamentais para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul — afirmou o senador.

Juvêncio informou que hoje passam pelo gasoduto 17 milhões de metros cúbicos de gás por dia. A expectativa é de que em dois ou três anos o número suba para 40 milhões de metros cúbicos diários, o que elevará a arrecadação de ICMS para R\$ 360 milhões. Ele lembrou que a entrada do gasoduto é por Corumbá, cidade com potencial para ser um pólo industrial, e que os recursos dos impostos serão importantes para a industrialização da região.



Juvêncio destaca importância do tributo para Mato Grosso do Sul

Comissão avalia proposta de plebiscito sobre a Alca

Autor do projeto, Roberto Saturnino diz que o país ainda não está em condições de se integrar à economia norte-americana

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, às 17h30, para examinar proposta do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) de realização de plebiscito sobre a suspensão, pelo prazo de 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A matéria é relatada pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que deu parecer favorável.

Na justificativa do projeto, Saturnino diz que há pressão "quase insuportável" para o Brasil aderir à Alca, mas que a economia do país ainda não está em condições de se integrar à economia norte-americana se não passar antes por um processo de fortalecimento interno e de integração com os demais países da América do Sul. Só dessa forma,

acrescenta o senador, o Brasil poderá cumprir, em condição menos desfavorável e menos desigual, a integração com aquela grande potência.

– O objetivo é claramente impedir que a economia brasileira atinja as dimensões de uma concorrente substancial no mercado internacional, o que nos leva ao reconhecimento de um fator agravante: além da tendência a longo prazo que vem colocando a economia brasileira na armadilha de não poder crescer sem gerar uma pressão sobre a taxa cambial e produzir, por conseguinte, um acréscimo de custos que dificulta sua competitividade, ingressam como fatores nesse quadro manifestações de ordem política que, no fundo, pretendem nos enquadrar no sistema comandado pelos países do

Norte e submeter nossa economia à Alca, que seria antecipada para 2003 – afirma Saturnino.

ACORDOS

Outra matéria a ser examinada na reunião é a minuta de proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da comissão, que inclui entre as atribuições de competência exclusiva do Congresso Nacional a de acompanhar os atos, acordos, convênios e tratados sobre comércio internacional, a partir do início das negociações com os demais países até a fase de assinatura e conclusão. De acordo com a proposta, caberá ao presidente da República submeter tais documentos ao Congresso Nacional.

A reunião da comissão será realizada na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Senadores debatem hoje denúncia de apoio econômico a terroristas

A possível existência de uma rede de apoio econômico ao terrorismo internacional na região de triplíce fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina será tema de audiência pública com o chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, hoje, a partir das 17h30, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A discussão sobre o assunto foi solicitada pelo senador Ro-

meu Tuma (PFL-SP).

O senador pefelista fundamentou seu pedido em reportagem veiculada pelo jornal *O Globo*, edição do último dia 3, sobre um suposto envio de ajuda financeira por árabes residentes na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina ao grupo terrorista Al Qaeda, ligado a Osama bin Laden, suspeito de ter planejado e executado o ataque ao World Trade Center, em 11 de setembro, em Nova York.



Tuma propôs audiência pública com a presença do ministro do Gabinete Institucional



Emilia Fernandes sugeriu esclarecimento das consequências do embargo econômico ao Iraque

Emilia Fernandes quer ouvir representantes do Iraque

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) solicitou, por meio de requerimento, audiência de representantes do Partido Árabe Socialista do Iraque, o Baath, que estão em visita ao Brasil, com os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), e com os senadores José Sarney (PMDB-AP) e José Eduardo Dutra (PT-SE). Emilia Fernandes entende que a comitiva poderá prestar ao Senado maiores informações sobre o Iraque, o embargo econômico a que o país está sendo submetido e as consequências decorrentes dessa situação.

Redução de juros é fundamental para que país cresça, afirma Iris

A redução dos juros é fundamental para que o Brasil cresça e ofereça oportunidades de emprego aos quase 2 milhões de jovens que ingressam anualmente no mercado de trabalho, afirmou o senador Iris Rezende (PMDB-GO). Os jornais noticiaram na semana passada que os juros brasileiros, pelo quarto ano consecutivo, foram classificados como os mais altos dentre as 40 principais economias do mundo. "O Brasil precisa mudar os rumos de sua economia", disse.

Na avaliação do senador, os juros praticados no Brasil estão servindo para concentrar mais ainda as riquezas e assegurando ganhos elevados para quem já recebe muito. Ele destacou que os bancos estão sendo os maiores beneficiados com a atual política econômica. Os recursos que deveriam ser investidos em saúde, educação, segurança pública e outros setores sociais, registrou Iris Rezende, são repassados para o pagamento dos juros.

– Com juros aceitáveis, o país tem tudo para crescer. Por meio dos créditos disponíveis, nosso povo atenderá ao chamado para a produção e dará uma resposta



Iris observa que juros elevados contribuem para concentrar ainda mais a riqueza no Brasil

fabulosa aos céticos e ortodoxos que insistem numa receita monetarista que já provou o seu conteúdo nefasto – afirmou Iris Rezende.

COMPROMETIMENTO

Iris Rezende informou que o governo federal vem comprometendo mais de 70% da receita dos impostos com o pagamento de juros. O senador acrescentou que a cada aumento da taxa de juros – que hoje está em 19% ao ano –, o governo é obrigado a desembolsar mais dinheiro para o pagamento dos investidores.

– É hora de mudar a rota dos acontecimentos, de apostar na produção e na retomada do crescimento econômico – disse Iris.

Wilson propõe isentar de impostos aposentados com mais de 65 anos

Os aposentados com mais de 65 anos de idade e renda mensal de até R\$ 1 mil deverão ficar isentos de todo e qualquer tributo federal, conforme prevê projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Se for aprovado pela comissão e não houver recurso para avaliação do Plenário, o projeto seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Segundo o senador, a proposição pretende contribuir para atenuar os problemas sociais brasileiros, beneficiando diretamente milhões de pessoas que estão naquela faixa de idade. "Entendemos que as pessoas beneficiadas com a aprovação deste projeto já contribuíram, ao longo de suas vidas profissionais, para o desenvolvimento nacional, tanto através da labuta diária como pelo pagamento dos diversos impostos, taxas e contribuições", afirma, na justifi-



Carlos Wilson lembra que os aposentados já contribuíram muito para o desenvolvimento

cação da proposta.

Os aposentados, observa Carlos Wilson, ficam dispensados do trabalho diário mas continuam com o ônus dos tributos, que sacrificam seus rendimentos. O senador alega ainda que a Constituição estabelece como princípios básicos do sistema tributário nacional a capacidade econômica do contribuinte e a redução das desigualdades sociais na atividade econômica do país.